

CONCURSO PÚBLICO 2008 PROCURADOR

PROVA OBJETIVA VERDE

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Você receberá do fiscal o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova na cor **verde**;
 - b) este caderno de prova cuja capa é **verde**, na mesma cor de sua folha de respostas (**verde**), com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha, sendo 70 (setenta) questões de conhecimentos específicos e 30 (trinta) questões de conhecimentos gerais (*subitem 8.1 do edital*).
2. Verifique se o material está em ordem, se seu **nome, número de inscrição e cargo** são os que aparecem na folha de respostas.
3. Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
 - a) ler atentamente as instruções na folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
4. As questões da prova são identificadas pelo número que se situa ao lado do seu enunciado.
5. O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas dar-se-á mediante a utilização de caneta esferográfica de cor preta ou azul, sendo de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
6. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a folha de respostas.
7. O rascunho no caderno de questões não será levado em consideração.
8. O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas.
9. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 30 (trinta) minutos da prova.
10. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.



Direito Constitucional

1. Assinale a alternativa que apresente corretamente o princípio básico para distribuição de competência pelas Unidades da Federação.

- (A) Princípio da predominância do interesse.
- (B) Princípio da autonomia das unidades da federação.
- (C) Princípio da autogestão.
- (D) Princípio da reserva da lei.
- (E) Princípio da isonomia.

2. É consequência da rigidez constitucional:

- (A) o princípio da Supremacia da Constituição.
- (B) o princípio do Estado Democrático de Direito.
- (C) a inalterabilidade do texto constitucional.
- (D) o controle concentrado da constituição.
- (E) a presença, em seu texto, de normas fundamentais.

3. A respeito do ato jurídico perfeito, é correto afirmar que:

- (A) está compreendido no direito adquirido.
- (B) é o mesmo que ato consumado.
- (C) encerra um direito adquirido.
- (D) é um direito exercido.
- (E) está sujeito a produzir efeitos no futuro.

4. A via de exceção para o controle de constitucionalidade é própria:

- (A) do controle feito pelo Magistrado, *ex officio*.
- (B) do controle concentrado.
- (C) do controle concentrado e difuso.
- (D) do controle difuso.
- (E) da ação popular.

5. O critério adotado pelo direito brasileiro para atribuir a nacionalidade é:

- (A) o do *jus sanguinis*, sem exceções.
- (B) o do *jus sanguinis*, com exceções.
- (C) o do *jus soli*, com exceções.
- (D) o do *jus soli*, sem exceções.
- (E) critério misto: *jus soli* e *jus sanguinis*.

6. Mutação constitucional  :

- (A) o processo não-formal de mudança de constitui o rígida.
- (B) o mesmo que emenda da constitui o.
- (C) o processo não-formal de mudança de constitui o flexível.
- (D) o mesmo que reforma da constitui o.
- (E) o processo formal de altera o do texto constitucional.

7. A Federa o dota seus membros de tríplice capacidade, a saber:

- (A) auto-organiza o, autonormatiza o e autogoverno.
- (B) autogoverno, auto-administra o e autofinanciamento.
- (C) auto-organiza o, autonormatiza o e automanuten o.
- (D) auto-organiza o, autogoverno e auto-administra o.
- (E) auto-arrecada o, autogoverno e autogerenciamento.

8. Segundo a Constitui o, têm competência tributária:

- (A) as pessoas administrativas.
- (B) as pessoas jurídicas.
- (C) as pessoas públicas.
- (D) os entes personalizados.
- (E) as pessoas políticas.

9. O direito ao sigilo de comunica o  :

- (A) restrito às comunica es telef nicas.
- (B) relativo, podendo ser quebrado no caso do preso.
- (C) abrangente de todo o tipo de comunica o.
- (D) relativo, podendo ser quebrado no caso de instru o processual.
- (E) fundamental, podendo, entretanto, ser quebrado no caso das comunica es telef nicas, quando houver ordem judicial.

10. A natureza da atividade dos Tribunais de Contas  :

- (A) consultiva. (B) técnica.
- (C) jurisdicional. (D) executiva.
- (E) punitiva.

11. As hipóteses a seguir constituem exce es   regra da não-vincula o da receita dos impostos,   exce o de uma. Assinale-a.

- (A) destina o de recursos para a es e serviços públicos de saúde
- (B) destina o de recursos para presta o de garantia ou contragarantia   União e pagamento de débitos com esta
- (C) destina o de recursos para manuten o e recupera o das rodovias
- (D) destina o de recursos para opera es de crédito por antecip o de receita
- (E) destina o de recursos para realiza o da atividade tributária

12.   compet ncia administrativa dos municípios:

- (A) manter o serviço postal.
- (B) conceder anistia.
- (C) organizar e manter os serviços oficiais de estatística.
- (D) manter programa de educa o pré-escolar, com colabora o das demais entidades da federa o.
- (E) classificar, de forma indicativa, as diversões públicas.

13. Os créditos que não dependem de autoriza o legislativa e da indica o da fonte de recursos são os:

- (A) orçamentários. (B) adicionais.
- (C) extraordinários. (D) especiais.
- (E) suplementares.

14. Possuem competência múltipla em nosso sistema jurídico:

- (A) a União e os Estados.
- (B) os Estados e o Distrito Federal.
- (C) os Estados e os Municípios.
- (D) a União e os Municípios.
- (E) a União e o Distrito Federal.

15. O sistema de controle interno das contas públicas ocorre no âmbito:

- (A) do Executivo Federal.
- (B) da atividade administrativa de cada um dos poderes.
- (C) do Judiciário Federal.
- (D) do Legislativo Federal.
- (E) da atividade administrativa nas três esferas da Federação.

Direito Administrativo

16. Sociedade de economia mista, prestadora de serviço público, pode ser acionada para responder pela prática de ato ilícito absoluto, perante o Poder Judiciário, no prazo de:

- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 5 anos.
- (D) 3 anos.
- (E) 4 anos.

17. O Município do Rio de Janeiro exigiu a demolição de prédio particular ameaçado de ruir. Tal ato:

- (A) é emulativo, por atentar ao domínio privado.
- (B) encontra fundamento no poder discricionário dos Entes Federados.
- (C) é abusivo por violar o direito de propriedade.
- (D) encontra fundamento no poder de polícia dos Entes Federados.
- (E) configura auto-executoriedade indireta defesa em lei.

18. Determinado cidadão, objetivando impugnar, na esfera administrativa, um ato que, ao seu sentir, lhe causou gravame ilegítimo, poderá apresentar reclamação, como regra, no prazo de:

- (A) 2 anos.
- (B) 4 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 5 anos.
- (E) 1 ano.

19. No que tange ao controle dos atos administrativos, analise as assertivas a seguir:

- I. A apreciação das contas e dos contratos municipais pelo Tribunal de Contas do Município, que as aprovou, não inibe a atuação do Poder Judiciário para o exame de sua legalidade e constitucionalidade, uma vez que as Cortes de Contas não exercem jurisdição.
- II. O controle da Administração Pública, considerado um princípio fundamental desta, é indispensável à execução das atividades administrativas do Estado e deve ser exercido em todos os níveis e em todos os órgãos.
- III. Nos processos perante o Tribunal de Contas asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

Assinale:

- (A) se somente as assertivas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as assertivas I e III estiverem corretas.
- (C) se todas as assertivas estiverem corretas.
- (D) se somente as assertivas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma assertiva estiver correta.

20. No que se refere ao regime previdenciário dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- (A) a mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial não tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, mesmo que comprovada a necessidade econômica superveniente.
- (B) a lei aplicável à concessão de pensão é aquela vigente na data da designação do dependente pelo segurado-servidor.
- (C) excepcionalmente, a lei poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- (D) nos casos de invalidez permanente de servidor titular de cargo efetivo, seus proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- (E) em regra, os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo ou em comissão em que se deu a aposentadoria ou que serviu de base para a concessão de pensão.

21. No que se refere à intervenção do Poder Público na propriedade privada, é correto afirmar que:

- (A) após a Constituição Federal de 1988, a “Constituição cidadã”, e a dimensão dada por ela ao princípio da função social da propriedade, não há necessidade de o poder Público notificar o proprietário do bem objeto de estudos para sua preservação por motivos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, pois tal ato é discricionário do Poder Público, e o interesse público prevalece sobre o particular.
- (B) a lei estabelece o procedimento para a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, prevendo a justa e prévia indenização em dinheiro ao proprietário do bem desapropriado.
- (C) com base no princípio federativo e no princípio da preponderância dos interesses, é possível Município desapropriar e limitar administrativamente bem do Estado, se provado o interesse local.
- (D) é vedado ao Poder Público Municipal realizar desapropriação de imóvel urbano que não esteja cumprindo sua função social, com pagamento mediante títulos da dívida pública, sob pena de violação do inciso XXIV do artigo 5º da Constituição Federal.
- (E) baseado em sua competência constitucional, um Município pode desapropriar, para fins de reforma agrária, área rural situada em seus limites territoriais que não esteja cumprindo sua função social.

22. A respeito da natureza jurídica dos institutos, é correto afirmar que a concessão de serviço público, a concessão de serviço precedido da execução de obra pública e a permissão de serviço público são:

- (A) todas contratos administrativos.
- (B) procedimento administrativo, contrato administrativo e ato administrativo, respectivamente.
- (C) contrato administrativo, procedimento administrativo complexo e ato administrativo, respectivamente.
- (D) todas atos administrativos discricionários.
- (E) todas atos administrativos vinculados.

23. No que tange ao processo administrativo disciplinar, analise as assertivas a seguir:

- I. O processo administrativo disciplinar é composto de fases. Sindicância é a fase do processo administrativo preliminar que determina se o funcionário público sofrerá sanção ou não pelo cometimento de falta funcional.
- II. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- III. No processo administrativo disciplinar, as provas são produzidas durante a fase denominada de *inquérito administrativo*; tal fase compreende instrução, defesa e relatório.

Assinale:

- (A) se todas as assertivas estiverem corretas.
- (B) se somente as assertivas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as assertivas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as assertivas I e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma assertiva estiver correta.

24. No que tange à licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município do Rio de Janeiro é competente para legislar sobre normas específicas de licitação, podendo, de acordo com a sua discricionariedade, dispensar o procedimento licitatório, em casos específicos, desde que eles estejam expressamente previstos, taxativamente, na norma municipal.
- (B) A licitação é dispensada quando há a realização de contrato de programa entre consórcio público e entidade de administração direta ou indireta, visando à prestação de serviço público de forma associada, na forma prevista no instrumento do consórcio público ou em convênio de cooperação.
- (C) Os limites e valor de cada modalidade de licitação, previstos no Estatuto dos Contratos e Licitações, podem ser adequados aos interesses do Município, que, com base em sua competência constitucional, pode normatizar em sentido diverso do estabelecido na lei nacional.
- (D) Na inexigibilidade de licitação, sequer é viável a realização do certame. Na dispensa da licitação, ela poderia ser realizada, mas a critério do administrador, pois não é exigida.
- (E) Na modalidade *concurso*, os princípios da impessoalidade e do julgamento objetivo ficam mitigados, pois prevalece a análise subjetiva dos trabalhos intelectuais apresentados. Por tal motivo, essa modalidade de licitação foi declarada inconstitucional pela Corte Maior.

25. Por meio do Decreto 00000, de 25 de março de 2008, a Prefeitura do Rio de Janeiro cria a área de proteção do ambiente cultural (APAC) do Bairro Y. Nesse diploma alguns imóveis estão gravados sob a denominação *preservação*; outros, *tombamento*.

O proprietário de um bem “tombado” pelo decreto municipal soube do gravame por meio de um fiscal, que embargou as obras de mudança na fachada que estava realizando no imóvel. Indignado, o proprietário do bem tombado pretende propor ação em face do Poder Público Municipal, requerendo a declaração de nulidade do dito decreto em relação ao seu imóvel. No entanto, deverá ficar atento ao prazo prescricional de tal ação, que é de:

- (A) 1 ano.
- (B) 20 anos.
- (C) 5 anos.
- (D) 2 anos.
- (E) 15 anos.

26. Assinale a assertiva correta.

- (A) A aprovação e a classificação em concurso público conferem ao candidato, em regra, apenas a expectativa de direito à nomeação. No entanto, se o candidato aprovado for nomeado, tem direito subjetivo à posse e à complementação do processo de investidura; se a participação e aprovação do candidato em alguma etapa do concurso público decorreram de concessão de medida liminar em ação judicial, não há para o interessado direito subjetivo à nomeação.
- (B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo, num prazo máximo de cinco anos.
- (C) O servidor público estável só perderá o cargo: a) em virtude de sentença judicial transitada em julgado; b) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; c) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada a ampla defesa.
- (D) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, nos casos especificados pela Constituição Federal. Tal proibição estende-se a empregos e funções e abrange autarquias e fundações públicas, excluindo-se dessa vedação as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (E) Para a aquisição da estabilidade, o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, deve cumprir o requisito temporal, três anos, e ter seu desempenho aprovado por comissão de avaliação. Cumprido o lapso temporal, a ausência da avaliação pela Administração Pública, no entanto, afasta a presunção de estabilidade no cargo.

27. Analise as assertivas a seguir:

- I. O Poder Público Municipal foi condenado em ação de responsabilidade civil pelos danos causados por seu servidor a terceiros. Caberá ação regressiva em face do servidor, ação esta cujo prazo prescricional é de três anos e em que se verificará se a conduta do servidor foi culposa *lato sensu*.
- II. A Prefeitura do Rio de Janeiro tem o dever de realizar, rotineiramente, as podas das árvores existentes nas ruas da cidade. Após um temporal de verão, inúmeros galhos caíram sobre veículos estacionados na rua X, localizada no município. No caso, o poder Público Municipal é responsável pelos danos causados.
- III. Professores servidores públicos municipais, reivindicando maiores salários, entraram em greve pelo tempo de 15 dias. Tal conduta gerou uma série de danos aos estudantes da rede municipal de ensino e seus familiares. É direito líquido e certo dos municípios receberem indenização pelos danos gerados pela paralisação dos servidores municipais.

Assinale:

- (A) se somente as assertivas I e II estiverem corretas.
- (B) se todas as assertivas estiverem corretas.
- (C) se somente as assertivas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as assertivas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma assertiva estiver correta.

28. No que tange ao ato administrativo, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Teoria Monista admite que atos administrativos eivados de vícios sanáveis sejam convalidados pela Administração Pública, com base em seu poder de autotutela.
- II. Os atos administrativos válidos se extinguem pela revogação, que tem efeitos *ex tunc*.
- III. Com a caducidade do ato administrativo, decorrente da declaração de sua nulidade pelo Poder Judiciário, há a perda dos efeitos deste *ex tunc*.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

29. A gestão associada de serviços públicos estabelecida entre Municípios configura um:

- (A) consórcio. (B) convênio.
- (C) acordo de programa. (D) protocolo.
- (E) contrato de programa.

30. A assertiva “que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário” encontra respaldo, essencialmente:

- (A) no princípio da eficiência.
- (B) no princípio da moralidade.
- (C) no princípio da razoabilidade.
- (D) no princípio da unidade da Administração Pública.
- (E) no princípio da impessoalidade.

Direito Financeiro

31. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (B) No âmbito federal, a lei complementar que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de custeio e de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos demais programas de duração continuada ou não.
- (C) Ressalvados os casos previstos em lei, as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais.
- (D) No âmbito municipal, a lei orçamentária anual compreenderá somente o orçamento fiscal referente aos fundos, órgãos e entidades da administração direta, não incluindo a administração indireta e as fundações instituídas e mantidas pelo Município.
- (E) A lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo nessa proibição a autorização de contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

32. Assinale a alternativa correta.

- (A) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, orçamento, juntas comerciais, sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores.
- (B) O Banco Central poderá comprar títulos de emissão do Tesouro Nacional com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros/ contudo, não poderá vendê-los, mas sim emprestá-los a pessoas privadas a título de empréstimo público, restituíveis em no máximo dez anos.
- (C) A competência da União para emitir moeda será exercida pelo Banco Central e pela Caixa Econômica Federal.
- (D) O Banco Central poderá conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- (E) Lei complementar disporá sobre finanças públicas, dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público, concessão de garantias pelas entidades públicas, bem como emissão e resgate de títulos da dívida pública.

33. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação à Receita Pública, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (B) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico. Neste último caso, não serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- (C) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada, entre outros, de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- (D) A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- (E) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

34. Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem, entre outras hipóteses, ser aprovadas caso sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.
- (B) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes não poderão ser utilizados mediante créditos especiais, mas somente como créditos suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- (C) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- (D) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (E) Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

35. Em relação às despesas, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A Lei Complementar 101/00, que alterou a Lei 4320/64, classifica as despesas em despesas correntes e despesas de capital.
- (B) Para os fins da Lei Complementar 101/00, considera-se adequada com a lei orçamentária anual a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- (C) A prorrogação de despesa criada por prazo determinado não é considerada como aumento de despesa, desde que a prorrogação não ultrapasse o período de doze meses.
- (D) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (E) As despesas correntes abrangem as despesas de custeio e as transferências correntes.

36. Assinale a afirmativa correta.

- (A) A determinação de que os orçamentos sejam aprovados por lei formal se pauta no princípio da exclusividade.
- (B) São princípios orçamentários: exclusividade, transparência, legalidade, anualidade e anterioridade.
- (C) A lei de orçamento consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- (D) O princípio da proibição do estorno está consagrado na Constituição de 88.
- (E) A liquidação de despesas consiste no pagamento ou na inscrição em restos a pagar.

37. A respeito dos Princípios de Direito Financeiro, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Com base no princípio da legalidade, a Constituição de 1988 disciplina o aspecto formal em que deve ser pautado o sistema orçamentário, reservando ao Poder Executivo a competência privativa para encaminhar o projeto de lei orçamentária anual.
- (B) A Constituição de 1988 veda, com as devidas ressalvas, a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
- (C) O princípio da unidade orçamentária, expressamente previsto na Constituição de 1988, significa que o orçamento, para ser mais eficaz, deverá ser elaborado em um documento legal único.
- (D) A afirmativa de que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa exterioriza o princípio da exclusividade orçamentária.
- (E) A vedação quanto à transposição, ao remanejamento ou à transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa, é considerado pela doutrina como princípio da proibição de estorno.

38. A respeito do orçamento público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Leis de iniciativa do Poder Executivo ou do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (B) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas ainda que incompatíveis com o plano plurianual, pois este poderá ser alterado futuramente, já que é elaborado para um período de quatro anos.
- (C) Cabe à lei ordinária dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- (D) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, incluindo as que incidam sobre as dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (E) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

39. Em relação à despesa pública, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (B) Despesas de capital são voltadas para a manutenção de serviços já criados ou para a realização de obras de conservação de bens imóveis.
- (C) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após regular liquidação.
- (D) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- (E) Liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

40. Em relação à receita pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a Constituição de 88, cabe à lei complementar dispor sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- (B) Para a doutrina moderna, ingresso e receita são sinônimos, pois em ambos o dinheiro recolhido entra nos cofres públicos e em ambas as situações incorporam-se ao patrimônio do Estado.
- (C) O princípio da anualidade orçamentária é aquele que determina a cobrança do tributo no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que a lei que instituiu ou majorou o tributo foi publicada.
- (D) Segundo a melhor doutrina, a receita originária pode ser considerada a que tem origem no patrimônio do particular, pelo exercício do poder de império do Estado, enquanto a receita derivada é a que tem origem no próprio patrimônio público, em que o Estado atua como empresário por meio de um acordo de vontades, e não com seu poder de império, por isso não há compulsoriedade na sua instituição.
- (E) O texto constitucional brasileiro em vigor prevê que as dívidas públicas interna e externa, incluindo as autarquias, são reguladas por lei ordinária, bem como a concessão de garantias pelas entidades públicas.

41. Assinale a assertiva correta.

- (A) Os créditos adicionais, independentemente da sua modalidade, podem ser inseridos por medida provisória.
- (B) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia lei que autorize a inclusão, salvo se autorizado por medida provisória editada pelo chefe do Poder Executivo.
- (C) É permitida a edição de medida provisória sobre matéria relativa ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias e créditos adicionais e suplementares.
- (D) A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.
- (E) Embora seja vedada a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, o mesmo não acontece com a assunção de obrigações diretas que venham a exceder os respectivos créditos.

42. Tendo em vista o que traz a CRFB/88 sobre aos créditos adicionais, assinale a alternativa correta.

- (A) A abertura de créditos especiais e extraordinários somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- (B) Não é vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, visto que a finalidade desses créditos é exatamente alterar o orçamento.
- (C) É vedada a abertura de crédito especial sem prévia autorização legislativa, mas, uma vez autorizada, não há necessidade de a lei indicar os recursos correspondentes.
- (D) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Senado na forma do regimento comum.
- (E) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

43. Com base na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) É vedado a um banco estatal conceder empréstimo ao ente federado que o controla, bem como proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender a investimentos de seus clientes.
- (B) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- (C) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os Municípios podem contribuir para o custeio de despesas de outros entes da Federação, desde que, por exemplo, exista convênio, acordo, ajuste, conforme dispuser a legislação.
- (D) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constante de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- (E) Se um dirigente de órgão público iniciar a execução de um projeto que não foi incluído na lei orçamentária anual, estará ele contrariando dispositivo previsto expressamente na Constituição de 88.

44. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei 4320/64, assinale a afirmativa correta.

- (A) Consideram-se receita corrente as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, ressalvadas as deduções que a própria lei prevê.
- (B) O Anexo de Metas Fiscais, quando elaborado, não conterá a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- (C) As despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão não constarão da lei orçamentária anual.
- (D) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços prevista na lei de diretrizes orçamentárias ou em legislação específica.
- (E) Não integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

45. Em relação à receita pública, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A receita se classificará nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- (B) As operações de crédito são consideradas receitas de capital.
- (C) A receita tributária é considerada como receita corrente.
- (D) O superávit do orçamento constitui receita corrente.
- (E) Atualmente, segundo a doutrina moderna, ingresso e receita são expressões sinônimas.

Direito Empresarial

46. Em relação à teoria da desconsideração da personalidade jurídica das sociedades, analise as afirmativas a seguir:

- I. Implica a anulação ou desfazimento do ato constitutivo da sociedade.
- II. É aplicada quando comprovado o desvio de finalidade praticado pelo administrador de sociedade em comum.
- III. O Código Civil permite que o juiz estenda os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações aos bens particulares dos sócios nos casos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- IV. A desconsideração da personalidade jurídica prescinde do encerramento da liquidação da pessoa jurídica.

Assinale:

- (A) se apenas a assertiva III estiver correta.
- (B) se apenas as assertivas II e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as assertivas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as assertivas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as assertivas III e IV estiverem corretas.

47. De acordo com o Código Civil, assinale a assertiva correta.

- (A) Não é considerada empresário a pessoa física ou jurídica que inicia sua atividade sem a inscrição prévia perante o Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial.
- (B) O estabelecimento empresarial é representado pelo local em que o empresário exerce sua atividade.
- (C) O empresário rural, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, deverá, sempre, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- (D) As obrigações contraídas por pessoa impedida legalmente de exercer atividade própria de empresário são nulas.
- (E) O Código Comercial de 1850 foi parcialmente revogado pelo Código Civil, mantendo-se vigentes os dispositivos relativos ao comércio marítimo.

48. A respeito do contrato de alienação fiduciária em garantia, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O direito real que decorre do contrato de alienação fiduciária em garantia é a propriedade fiduciária.
- (B) O credor fiduciário detém a posse indireta do bem objeto do contrato.
- (C) O credor fiduciário pode requerer a conversão do pedido de busca e apreensão em ação de depósito, se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado, ou não se achar na posse do devedor.
- (D) A constituição do direito real decorrente do contrato de alienação fiduciária em garantia depende do registro da avença no órgão competente.
- (E) No caso de inadimplemento de obrigação garantida por alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário somente poderá vender a coisa a terceiros, se autorizado judicialmente, hipótese em que deve aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, e entregar o saldo remanescente, se houver, ao devedor fiduciante.

49. A respeito do nome empresarial, assinale a alternativa correta.

- (A) A sociedade em conta de participação pode adotar firma ou denominação, integradas pela expressão “em conta de participação”.
- (B) A sociedade em comandita por ações pode adotar firma ou denominação, integradas pela expressão “comandita por ações”.
- (C) A razão social equivale à denominação.
- (D) A sociedade anônima pode adotar o nome de seu fundador em sua razão social.
- (E) São espécies de nome empresarial: firma individual, firma coletiva, razão social e denominação.

50. Analise as assertivas a seguir:

- I. O faturizado responde junto ao faturizador pelos prejuízos causados em caso de inadimplemento da obrigação contraída pelo devedor.
- II. De acordo com o Código Civil, o contrato de alienação fiduciária em garantia somente pode ter por objeto coisa infungível.
- III. Considera-se leasing financeiro o contrato pelo qual o arrendante adquire de terceiros certos bens de produção com o objetivo de entregá-lo ao arrendatário, que, no prazo contratual fixado, se obriga ao pagamento de prestações periódicas, com o direito de optar pela compra do bem, renovação do contrato ou devolução do bem.
- IV. Em contrato de arrendamento mercantil, é nula a cláusula que dispõe sobre a possibilidade de indexação em moeda estrangeira.

Assinale:

- (A) se apenas as assertivas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as assertivas II e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as assertivas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as assertivas I e IV estiverem corretas.
- (E) se apenas as assertivas III e IV estiverem corretas.

51. Analise as assertivas a seguir:

- I. Qualquer sócio pode exercer o direito de retirada de uma sociedade por prazo indeterminado mediante notificação aos demais sócios com antecedência de trinta dias.
- II. A administração de uma sociedade limitada deve ser exercida por sócio nomeado no contrato social.
- III. A responsabilidade dos sócios de uma sociedade limitada deve ser fixada no contrato social, independentemente do valor de suas quotas.
- IV. Nas sociedades limitadas, o capital social pode ser dividido em quotas iguais ou desiguais e pode ser formado por bens corpóreos ou incorpóreos, bem como serviços.

Assinale:

- (A) se apenas as assertivas I, II e IV estiverem erradas.
- (B) se apenas as assertivas I, II e III estiverem erradas.
- (C) se todas as assertivas estiverem erradas.
- (D) se apenas as assertivas I, III e IV estiverem erradas.
- (E) se apenas as assertivas II, III e IV estiverem erradas.

52. Assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo de vigência da patente de invenção não pode ser inferior a quinze anos, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame do mérito do pedido por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.
- (B) É patenteável a invenção que atenda aos requisitos da novidade e atividade inventiva, sendo dispensável sua aplicação industrial.
- (C) A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial é assegurada em todo o território brasileiro mediante o ato de protocolo do pedido das patentes e marcas do Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
- (D) A patente de invenção vigora pelo prazo de vinte anos, contados da data do depósito.
- (E) Os programas de computador são considerados invenções ou modelos de utilidade, podendo seu autor obter a patente no Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

53. Em relação aos títulos de crédito, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O endosso parcial é considerado como não-escrito.
- (B) O endosso impróprio transfere o exercício dos direitos inerentes à cambial.
- (C) O saque de uma letra de câmbio é considerado declaração originária e necessária à constituição do crédito.
- (D) O endosso parcial é considerado nulo.
- (E) O título de crédito emitido em branco ou incompleto pode ser completado pelo credor de boa-fé, antes da ação de execução ou protesto.

54. Em relação à falência, assinale a alternativa correta.

- (A) O devedor pode apresentar pedido de recuperação judicial no prazo de 15 dias a contar da citação.
- (B) Da decisão que decreta a falência cabe apelação.
- (C) Na falência, a insolvência do devedor é real, ou seja, o passivo do devedor empresário tem que superar seu ativo.
- (D) As sociedades em conta de participação incidem em falência, mas podem requerer recuperação judicial.
- (E) A impontualidade do devedor empresário, na falência, somente pode ser comprovada com a certidão de protesto.

55. Em relação às sociedades anônimas, assinale a alternativa correta.

- (A) As sociedades anônimas são regidas pela Lei 6.404/76, aplicando-se-lhes, nos casos omissos, as disposições do Código Civil.
- (B) A incorporação de imóveis para a formação do capital social não prescinde de escritura pública.
- (C) A companhia aberta poderá emitir partes beneficiárias para negociação no mercado de valores.
- (D) É assegurado ao acionista que discordar de qualquer deliberação de Assembléia Geral o direito de retirada ou resgate.
- (E) O processo do voto múltiplo pode ser requerido em eleição dos membros da diretoria.

56. Em relação ao instituto da recuperação judicial, analise as assertivas a seguir:

- I. A distribuição do pedido de recuperação suspende as ações e execuções individuais em curso em face do devedor.
- II. As sociedades operadoras de plano de saúde não podem se beneficiar da recuperação judicial.
- III. As microempresas e empresas de pequeno porte têm que se sujeitar a plano especial de recuperação.
- IV. O deferimento do processamento da recuperação judicial implica a suspensão do prazo prescricional das obrigações.

Assinale:

- (A) se somente as assertivas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as assertivas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as assertivas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as assertivas I e IV estiverem corretas.

57. Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O aval em branco em nota promissória presume-se dado em favor do emitente.
- (B) A obrigação cambiária é *quéritable*, ou seja, quesível.
- (C) A duplicata de compra e venda se torna título causal com o endosso.
- (D) O sacado de uma letra de câmbio pode limitar o aceite a uma parte da importância sacada.
- (E) A cláusula “não à ordem” determina a transferência do título pela forma e com os efeitos de cessão de crédito.

58. Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Nas sociedades em nome coletivo, os sócios somente podem ser pessoas naturais.
- (B) As antigas sociedades civis são as atuais sociedades simples.
- (C) As sociedades em comandita simples são consideradas sociedades de pessoas.
- (D) As sociedades em comum têm capacidade processual.
- (E) As sociedades limitadas podem ser de pessoas ou de capital, simples ou empresárias.

59. Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O aval posterior ao vencimento do título produz os mesmos efeitos que o prestado anteriormente.
- (B) O Código Civil não admite o aval parcial.
- (C) O protesto de uma nota promissória é, em regra, condição especial da ação cambial em face dos obrigados indiretos.
- (D) O saque de uma duplicata de compra e venda pode ser escriturado em livro próprio pelo vendedor da mercadoria.
- (E) Uma única duplicata pode englobar várias faturas.

60. Assinale a alternativa correta.

- (A) A administração atribuída ao sócio no contrato social de sociedade limitada presume-se conjuntiva.
- (B) Nas sociedades limitadas, as deliberações em assembléia são obrigatórias se o número de sócios for superior a dez.
- (C) Os sócios de sociedade limitada respondem ilimitadamente pela integralização do capital social.
- (D) Nas sociedades limitadas, o Conselho Fiscal é órgão de existência obrigatória, mas de funcionamento permanente ou não.
- (E) É cláusula contratual essencial a nomeação dos administradores no contrato social.

Controle Externo

61. O sistema que compreende a atividade de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos e de avaliação da gestão dos administradores públicos é denominado:

- (A) fiscalização financeira.
- (B) contabilidade.
- (C) auditoria de gestão.
- (D) controle interno.
- (E) planejamento e orçamento.

62. Em cumprimento à Constituição Federal, fixar o coeficiente do Fundo de Participação do Município (FPM) caberá ao:

- (A) Tesouro Nacional.
- (B) Tribunal de Contas do Município, quando houver.
- (C) Tribunal de Contas da União.
- (D) Tribunal de Contas do Estado, quando não houver Tribunal de Contas do Município.
- (E) Tribunal de Contas dos Municípios.

63. Nos termos da Constituição Federal, a titularidade da função de Controle Externo de um município é do(a):

- (A) Tribunal de Contas de sua jurisdição.
- (B) Tribunal de Contas da União.
- (C) Câmara de Vereadores.
- (D) Assembléia Legislativa.
- (E) Congresso Nacional.

64. Para efeito da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Lei 289/81, o conceito “verificação da fiel observância da programação executiva anual e plurianual do governo, incluindo-se o controle da execução dos contratos e a avaliação dos resultados alcançados”, refere-se:

- (A) à tomada de contas.
- (B) ao acompanhamento dos planos de ação e programas de trabalho.
- (C) à prestação de contas.
- (D) à sindicância.
- (E) ao inquérito administrativo.

65. Quanto à natureza jurídica do Tribunal de Contas, é correto afirmar que:

- (A) apresenta autonomia administrativa e financeira, além de personalidade jurídica, dotada da natureza administrativa em relação às suas decisões e deliberações.
- (B) não tem autonomia administrativa nem financeira, pois depende do repasse do Poder Executivo.
- (C) é um órgão autônomo e auxiliar do Poder Judiciário.
- (D) as decisões proferidas pelo plenário são de natureza política.
- (E) não tem personalidade jurídica, possuindo, entretanto, capacidade processual ou postulatória.

66. O aspecto objetivo do alcance da fiscalização operacional exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, refere-se:

- (A) à aplicação dos recursos públicos, conforme a lei orçamentária, acompanhando a arrecadação dos recursos e sua aplicação.
- (B) à aplicação dos recursos públicos conforme as técnicas contábeis.
- (C) à aplicação dos recursos públicos conforme ordenamento jurídico próprio.
- (D) ao fluxo de recursos geridos pelo administrador público.
- (E) à verificação do cumprimento das metas, resultados, eficácia e eficiência da gestão dos recursos públicos.

67. A fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas nos entes de sua jurisdição refere-se à função:

- (A) legislativa.
- (B) política.
- (C) judiciária.
- (D) administrativa.
- (E) corretiva.

68. A análise dos aspectos da gestão pública é realizada levando-se em conta também se a administração atendeu ao interesse público e à moralidade administrativa, que são pontos referentes à:

- (A) legitimidade.
- (B) legalidade.
- (C) economicidade.
- (D) efetividade.
- (E) eficiência.

69. Para efeito da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Lei 289/81, a decisão em processo de prestação ou tomada de contas pela qual o Tribunal julga as contas como regulares, regulares com ressalva ou irregulares é:

- (A) definitiva.
- (B) preliminar.
- (C) terminativa.
- (D) iliquidável.
- (E) concomitante.

70. Ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro compete, na forma estabelecida no regimento interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, elaborando e emitindo parecer prévio em até:

- (A) 120 dias de seu recebimento.
- (B) 60 dias úteis de seu recebimento.
- (C) 60 dias de seu recebimento.
- (D) 90 dias úteis de seu recebimento.
- (E) 90 dias de seu recebimento.

Direito Civil

71. Quando a lei atribui a um sujeito de direito o dever de indenizar os danos devidos à ação culposa de outro, há:

- (A) responsabilidade complexa.
- (B) responsabilidade por simples culpa.
- (C) responsabilidade objetiva.
- (D) responsabilidade por culpa presumida.
- (E) responsabilidade pelo risco.

72. A afirmativa “Pagarei a coisa adquirida quando a revender” representa condição:

- (A) puramente potestativa.
- (B) suspensiva.
- (C) eventual.
- (D) resolutiva.
- (E) simplesmente potestativa.

73. A escritura pública, lavrada em tabelião, que não contenha sua assinatura no livro de notas será:

- (A) anulável.
- (B) nula.
- (C) inexistente.
- (D) ineficaz.
- (E) incompleta.

74. Caracterizam o vínculo obrigacional:

- (A) a juridicidade e a existência de deveres.
- (B) a juridicidade e a existência de direitos.
- (C) a patrimonialidade e a inexistência de direitos.
- (D) a submissão e a liberalidade.
- (E) a patrimonialidade e a sujeição.

75. A fundação pode ser criada por:

- (A) testamento.
- (B) escritura particular.
- (C) testamento e escritura pública.
- (D) escritura pública.
- (E) documento levado a registro no Cartório de Títulos e Documentos.

76. As despesas com o pagamento são:

- (A) do credor, que tem interesse em receber.
- (B) do devedor, que tem a obrigação de pagar.
- (C) do credor e do devedor, devendo ser repartidas por igual.
- (D) do credor, exceto se o contrário foi firmado no ajuste.
- (E) do devedor, exceto se o contrário tiver sido estipulado no contrato.

77. A respeito dos bens públicos, é correto afirmar que:

- (A) são inalienáveis, se forem de uso especial.
- (B) são inalienáveis, exceto se lei complementar autorizar sua alienação.
- (C) são sempre inalienáveis.
- (D) são inalienáveis, exceto quando desafetados, autorizando a lei ordinária sua venda.
- (E) são inalienáveis, se forem de uso comum.

78. A multa convencional nas obrigações pecuniárias cumpre função:

- (A) punitiva e liberatória.
- (B) compensatória e punitiva.
- (C) de pré-fixação das perdas e danos e punitiva.
- (D) de reforço da necessidade de cumprir a obrigação e de pré-fixação das perdas e danos.
- (E) de reforço da necessidade de cumprir a obrigação e liberatória.

79. A respeito das associações, não é correto afirmar que:

- (A) são pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) são vinculadas a fins não-econômicos.
- (C) os sócios estabelecem entre si direitos e obrigações.
- (D) são reguladas por estatutos.
- (E) permitem a existência de associados com vantagens especiais.

80. A principal função da responsabilidade civil é:

- (A) compensatória. (B) punitiva.
- (C) retributiva. (D) educativa.
- (E) sancionatória.

Direito Processual Civil

81. A impugnação à sentença:

- (A) quando apreciada, permite à parte insatisfeita dela agravar.
- (B) quando apreciada, permite à parte insatisfeita dela apelar.
- (C) é apelável quando importar a extinção da própria execução.
- (D) não determina a suspensão do processo.
- (E) sempre determina a suspensão do processo.

82. As possessórias propostas em face das pessoas jurídicas de direito público:

- (A) só permitem liminar, sendo de força nova e ouvidas as pessoas que as representem.
- (B) não permitem liminar, em qualquer hipótese.
- (C) permitem liminar se forem de força nova.
- (D) só permitem liminar após audiência de justificação prévia.
- (E) não permitem liminar, salvo no caso de bem dominical.

83. A extinção do processo principal sem julgamento de mérito torna a medida liminar, no processo cautelar:

- (A) inválida.
- (B) anulável.
- (C) nula.
- (D) ineficaz.
- (E) imprópria.

84. O documento público lavrado por oficial incompetente para o ato que foi subscrito pelas partes e testemunhas:

- (A) é nulo.
- (B) é prova como o documento particular.
- (C) é ineficaz.
- (D) é inválido.
- (E) é anulável.

85. A sentença proferida contra o Estado:

- (A) não faz coisa julgada.
- (B) obriga o representante do Estado que perdeu a demanda a recorrer.
- (C) não condena em sucumbência.
- (D) só produz efeitos após ser confirmada pelos Tribunais Superiores.
- (E) obriga o Juiz a remetê-la ao Tribunal.

Direito Penal

86. Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- (B) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, leva à prisão quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei.
- (C) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, pratica, com desvio de poder, ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa jurídica.
- (D) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, submete alguém sob sua guarda com emprego de violência a intenso sofrimento mental, como forma de aplicar castigo pessoal.
- (E) Constitui abuso de autoridade deixar o juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.

87. Assinale a alternativa que apresente corretamente como se manifestou o Plenário do Supremo Tribunal Federal acerca da necessidade de se aguardar o término do procedimento administrativo-fiscal para que se possa iniciar o processo penal por delito contra ordem tributária previsto no art. 1º da Lei 8.137/90.

- (A) O Supremo Tribunal Federal autoriza que os processos administrativo e penal caminhem concomitantemente em razão do princípio da independência das instâncias administrativa e penal.
- (B) O Supremo Tribunal Federal não autoriza que os processos administrativo e penal caminhem concomitantemente porque não está presente uma condição objetiva de punibilidade e porque o lançamento definitivo é elemento do tipo.
- (C) O Supremo Tribunal Federal autoriza que os processos administrativo e penal caminhem concomitantemente em razão da alta probabilidade de prescrição dos crimes caso fosse necessário aguardar o término do procedimento administrativo.
- (D) O Supremo Tribunal Federal não autoriza que os processos administrativo e penal caminhem concomitantemente em razão do princípio da independência das instâncias administrativa e penal.
- (E) O Supremo Tribunal Federal autoriza que os processos administrativo e penal caminhem concomitantemente porque os tipos penais do art. 1º da Lei 8.137/90 são crimes de perigo, e não de dano.

88. João da Silva é funcionário público municipal concursado, lotado na Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro. Sua função é controlar a execução de determinados contratos licitados pela prefeitura, especialmente a autorização para pagamento. Auxiliado por seu irmão, José da Silva, João decide apropriar-se de dinheiro pertencente à Prefeitura. João cadastra a conta corrente de José como sendo de uma empresa que efetivamente presta serviços à Prefeitura. Ao autorizar os pagamentos, João destina 90% dos recursos à conta verdadeira daquela empresa e 10% para a conta de seu irmão. Aremitas Martins, responsável pela conferência e liberação dos pagamentos autorizados por João, não observa os deveres de cuidado a que estava obrigado, e o desvio ocorre.

Assinale a alternativa que apresente corretamente o crime praticado por João, José e Aremitas, respectivamente.

- (A) peculato doloso, peculato doloso e peculato culposo
- (B) peculato culposo, peculato doloso e nenhum crime
- (C) peculato doloso, estelionato e peculato culposo
- (D) peculato doloso, peculato doloso e nenhum crime
- (E) estelionato, estelionato e nenhum crime

89. Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) É crime de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais utilizar o poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral.
- (B) Constitui ato de improbidade administrativa receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- (C) Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade está sujeito à pena de perda da função pública e impedimento de seu exercício para sempre.
- (D) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- (E) É crime de responsabilidade contra a probidade na administração infringir as normas legais no provimento dos cargos públicos.

90. A respeito do tema da retroatividade da lei penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei penal mais gravosa pode retroagir, aplicando-se a fatos praticados anteriormente à sua vigência, desde que trate de crimes hediondos, tortura ou tráfico de drogas, como expressamente ressalvado na Constituição.
- (B) A lei penal posterior que de qualquer forma favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, com exceção daqueles que já tiverem sido objeto de sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) A lei penal posterior que de qualquer forma favorecer o agente não se aplica aos fatos praticados durante a vigência de uma lei temporária.
- (D) Quando um fato é praticado na vigência de uma determinada lei e ocorre uma mudança que gera uma situação mais gravosa para o agente, ocorrerá a ultratividade da lei penal mais favorável, salvo se houver a edição de uma outra lei ainda mais gravosa, situação em que prevalecerá a lei intermediária.
- (E) A lei penal posterior que de qualquer forma prejudicar o agente não se aplica aos fatos praticados anteriormente, salvo se houver previsão expressa na própria lei nova.

Direito Previdenciário

91. Com relação aos contribuintes da Previdência Social, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional são considerados empresa, para efeitos da legislação previdenciária. Dessa forma, os empregados públicos e os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, cabendo àqueles órgãos e entidades as mesmas obrigações das empresas em geral.
- II. O Município que contratar cooperativa de trabalho ou de mão-de-obra deve contribuir para o Regime Geral de Previdência Social com 15%, incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados.
- III. O servidor contratado pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, bem como pelas respectivas autarquias e fundações, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social na qualidade de empregado.
- IV. Os Municípios que instituírem Regime Próprio de Previdência Social para os seus servidores titulares de cargos efetivos não são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social em relação a esses. Entretanto, o Regime Próprio de Previdência Social deve assegurar, pelo menos, aposentadorias e pensão por morte previstas no art. 40 da Constituição Federal.
- V. O servidor titular de cargo efetivo do Município, amparado por Regime Próprio de Previdência Social, não poderá se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas III e V estiverem corretas.

92. A respeito do conceito e financiamento da Seguridade Social, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.
- (B) O princípio da equidade na participação do custeio da seguridade social se expressa, entre outros, pelas alíquotas de contribuição diferentes para as empresas e para os trabalhadores.
- (C) No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das receitas da União, das contribuições sociais e receitas de outras fontes. Entre estas e as vinculadas às ações de saúde, estão as provenientes do seguro contra Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT.
- (D) As receitas dos Municípios destinadas ao financiamento da seguridade social constarão de seus respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- (E) A contribuição social incidente sobre a receita de concursos de prognósticos refere-se, exclusivamente, às loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

93. Quanto à concessão de benefícios, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O salário de benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. No caso da aposentadoria por tempo de contribuição, a média apurada será multiplicada pelo fator previdenciário, compulsoriamente.
- (B) Todos os benefícios da Previdência Social são concedidos sempre que implementados dois requisitos: a carência e a situação geradora do benefício, também chamada de risco social. Assim, por exemplo, tratando-se de aposentadoria por idade, o segurado deve ter, no mínimo, sessenta e cinco anos ou, sendo do sexo feminino, sessenta anos de idade, com carência de cento e oitenta contribuições.
- (C) Uma vez calculado o salário de benefício, aplica-se o percentual correspondente à renda mensal, que varia conforme o benefício requerido. A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não poderá ser inferior ao salário-mínimo nem superior ao limite máximo, salvo direito adquirido.
- (D) O salário-maternidade da segurada empregada é benefício que não se sujeita à apuração do salário de benefício nem ao limite máximo dos benefícios. Sua renda mensal consiste num valor igual à sua remuneração.
- (E) Fator previdenciário é um índice multiplicador do salário de benefício, que leva em consideração, no seu cálculo, a idade do segurado, o tempo de contribuição, a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, conforme tabelas construídas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dessa forma, quanto mais tempo o segurado presumivelmente receberá aposentadoria, menor será a renda mensal do seu benefício.

94. A respeito das contribuições para a Seguridade Social, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A exigência de nova contribuição para a Seguridade Social, ou sua modificação, se sujeita à anterioridade nonagesimal, a contar da data da publicação da lei que a houver instituído ou modificado.
- (B) O princípio da distributividade da Seguridade Social significa que, independente do montante arrecadado em determinada região, os benefícios serão concedidos e os serviços prestados, se devidos. Assim, ainda que uma região do país não arrecade receita suficiente para o pagamento de benefícios ali devidos, esses serão concedidos, na forma da lei.
- (C) Com vistas a preservar seu equilíbrio financeiro, nenhum benefício ou serviço da Seguridade Social poderá ser criado, estendido ou majorado sem a correspondente fonte de custeio total.
- (D) Poderão ser isentas das contribuições para a Seguridade Social, uma vez atendidas as exigências da lei, as organizações da sociedade civil de interesse público, as entidades filantrópicas e beneficentes de assistência social, as organizações não-governamentais e os partidos políticos.
- (E) As contribuições incidentes sobre a folha de salário poderão ser substituídas gradualmente, de forma parcial ou total, pela incidente sobre a receita ou faturamento.

95. Quanto aos benefícios da Previdência Social, analise as afirmativas a seguir:

- I. A filiação dos segurados obrigatórios decorre do exercício de atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social e independe de contribuição. Quanto ao segurado facultativo, sua filiação é ato volitivo e depende de inscrição e do pagamento da primeira contribuição.
- II. A manutenção da qualidade de segurado da Previdência Social, ou seja, a preservação de seus direitos, dar-se-á apenas com o pagamento de contribuições, considerando que o regime instituído pela Constituição de 1988 consiste em seguro social.
- III. A pensão por morte é devida a contar da data do óbito, ao conjunto de dependentes, que se estrutura em três classes. Na primeira classe, estão o cônjuge, companheira (o) e filhos; na segunda classe, os pais; e, na terceira, os irmãos, que são dependentes preferenciais. O valor da pensão será rateado em partes iguais entre todos os dependentes do segurado.
- IV. O salário-maternidade, por se revestir de natureza de direito trabalhista, é benefício previdenciário concedido apenas às seguradas empregadas.
- V. A contagem recíproca de tempo de contribuição diz respeito ao aproveitamento das contribuições recolhidas para diferentes regimes de Previdência Social. No entanto, é vedada a contagem do tempo de contribuição no regime público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e V estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

Direito Tributário

96. Com base no CTN, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade tributária é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- (B) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas. Contudo, tal hipótese não se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.
- (C) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato: integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade; e subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, depois de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- (D) Na visão do STJ, o mero inadimplemento de tributo constitui infração; por isso, os sócios, administradores ou não, são, em qualquer caso, pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- (E) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorrerá em relação ao adquirente.

97. Assinale a assertiva correta.

- (A) A imunidade tributária recíproca, pertencente aos entes federativos, não se estende às empresas públicas, sociedades de economia mistas, autarquias e fundações públicas.
- (B) O princípio da anterioridade tributária consagrado na Constituição Federal confunde-se com a própria idéia de anualidade tributária, já que o tributo somente poderá ser cobrado no exercício seguinte àquele em que a lei que o instituiu ou majorou entrou em vigor.
- (C) Não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo. No caso do IPTU, pode ser atualizada por decreto do prefeito, ainda que o índice da atualização seja um pouco superior ao índice de inflação oficial do governo.
- (D) Segundo a Constituição de 1988, é vedado à União conceder isenção heterônoma.
- (E) Nenhum imposto pode ser exigido sem que lei o estabeleça, salvo o II (Imposto sobre Importação), o IE (Imposto sobre Exportação), o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o CIDE combustíveis, o IPTU e o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que podem ter suas alíquotas alteradas por ato do Poder Executivo.

98. Assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios ou pelas leis complementares, para definir ou limitar competências tributárias.
- (B) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito e a equidade.
- (C) A lei tributária que define infrações ou lhe comina penalidades interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato, bem como quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos.
- (D) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário; outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- (E) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

99. Assinale a assertiva correta.

- (A) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a imunidade do papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos é restrita ao papel, não sendo por isso extensiva aos filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.
- (B) Segundo entendimento do STF, os imóveis alugados das instituições religiosas, por exteriorizarem capacidade econômica, perdem a imunidade, ainda que a renda seja revertida para a atividade-fim.
- (C) A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para concessão.
- (D) A União pode instituir, desde que por lei complementar, isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que com a finalidade de estimular as relações internacionais e a integração dos países do Mercosul.
- (E) Segundo o CTN, a isenção, ainda que concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, já que se trata de um benefício fiscal.

100. Assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a legislação em vigor sobre o imposto referente à transmissão *causa mortis*, a alíquota do referido tributo poderá ser progressiva.
- (B) Segundo a Constituição, o empréstimo compulsório tem os seguintes fatos geradores: guerra externa, ou sua iminência, calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis e a conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- (C) Segundo a Lei Complementar 116/03, o contribuinte do ISS é o tomador do serviço.
- (D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a progressividade do IPTU em razão do descumprimento da função social da propriedade urbana é inconstitucional.
- (E) O ICMS e o IPI são tributos, segundo a Constituição de 88, obrigatoriamente seletivos, já que devem observar a essencialidade do bem.